

ANEXO III  
TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

**Objeto:** Contratação de obra de reforma para fechamento de vãos e execução de cobertura e contrapiso, no Bloco de Ensino e Pesquisa, localizado no Campus da Fiocruz em Porto Velho/ Rondônia.

**Categoria do objeto:** obras e serviços de engenharia

**Referência:** Meta 2023.084 | Processo nº 25389. 000443/2023-19

Este documento tem por propósito apresentar (i) o enquadramento e o regime de execução do objeto; (ii) declarações correlatas aos aspectos técnicos da contratação; (iii) fundamentos, parâmetros e limites legais adotados pela Administração na elaboração do orçamento da licitação; (iv) exigências fundamentadas a serem observadas no certame licitatório no que concerne à qualificações econômico-financeira e técnica; subcontratações, participação de consórcios e cooperativas, e de garantia(s) financeira(s) a ser(em) apresentada(s) – sem prejuízo da garantia técnica relacionadas à execução dos serviços, conforme a Lei nº 10.406/2020 (Código Civil) e o artigo 140 da Lei nº 14.1333/2021; e (v) exigências a serem observadas no decurso contratual quanto à questões de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade.

## 1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

### 1.1. CLASSIFICAÇÃO COMO OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA

O objeto da presente licitação constitui obra ou serviço de engenharia, sob a seguinte justificativa:

Natureza, características e complexidade do objeto justificam a classificação, e porque as responsabilidades técnicas inerentes são privativas das profissões de arquiteto e engenheiro.

### 1.2. CLASSIFICAÇÃO COMO SERVIÇO COMUM OU ESPECIAL

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é especial, sob a seguinte justificativa:

Natureza, características e complexidade do objeto, prazos contratuais, custos diretos e indiretos, e responsabilizações inerentes à execução dos serviços justificam a classificação.

## 2. REGIME DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o regime definido no item 8.2 do Termo de Referência, de acordo com a justificativa abaixo:

A escolha pautou-se pelo interesse público à luz dos resultados almejados, considerando parâmetros de eficiência, eficácia e efetividade, e os princípios de razoabilidade e economicidade, versus imprecisões, riscos e imprevistos inerentes à contratação; e pela seguinte fundamentação.

Em se tratando de Empreitada por Preço Unitário, não haverá necessidade de estipular tolerância de erro quantitativo do orçamento.

Já em se tratando de Empreitadas por Preços Global, o Projeto Básico DEFINE as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão nº 1.977/2013-Plenário TCU, adotando o seguinte parâmetro:

*Margem de tolerância de erro quantitativo a ser acatada pelas partes será de 10 % (dez por cento) em relação a cada item do orçamento, tanto em relação às subestimativas quanto às superestimativas, conforme a seguinte fundamentação.*

Por último, em se tratando de contratação integrada, a Administração objetiva compartilhar esforços com as empresas para obter produtos com maior qualidade funcional, ergonômica, ambiental, técnico-construtiva e estética, e com menores prazo e custo.

Isso pode ser alcançado porque as empresas responsáveis pelo desenvolvimento de projetos e execução de obras têm direcionado seus esforços no planejamento, gestão e controle de dados, informações e atividades; na inovação tecnológica; e na negociação com fornecedores visando o aumento da produtividade com redução de custos, sem prejuízo da qualidade das soluções técnicas -- fatores chave para o sucesso do empreendimento, que se relacionam diretamente com os interesses da Administração.

Nesse contexto, cabe à Cogic a elaboração de premissas de contratação e projetos conceituais, acompanhamento das diretrizes institucionais e gerenciamento de contratações com a própria equipe.

Enquanto as empresas assumem a responsabilidade técnica pelo desenvolvimento dos projetos e execução da obra, a partir de corpo de profissionais em permanente processo de atualização em relação às soluções técnicas e materiais construtivos de natureza geral, e às inovadoras ferramentas de desenvolvimento.

A justificativa específica para adoção do regime de execução, relacionada ao objeto da contratação, está descrita no item 2 do Estudo Técnico Preliminar.

### 3. ELABORAÇÃO DE PROJETO E DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o Projeto Básico e documentos técnicos foram elaborados por profissionais habilitados de engenharia e arquitetura, com a emissão das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) e dos Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs) pelo Conselho de Arquitetura (CAU).

### 4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

Foi observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

Foram adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

Não foram adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, foram adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

- utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso:

CPOS/CDHU, SCO, AGETOP, SBC e ORSE.

## 5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTO

No orçamento da presente obra ou serviço foram juntadas as planilhas sintéticas e planilhas analíticas. O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias consta nos autos. Na presente licitação foram utilizadas as tabelas de referência mais atualizadas.

## 6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

Não foram adotadas apenas composições de custos unitários oriundas do SINAPI, sem adaptações.

Foram adotadas composições “adaptadas” do SINAPI, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983/2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

Foram adotadas composições “próprias”, extraídas de fontes extra SINAPI, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

## 7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de administração local:

- observa-se os parâmetros do Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU;
- adota-se o parâmetro do 3º quartil;

Devido a especificidade da Obra, foi necessário incorporar na Administração Local, o profissional Técnico de segurança do trabalho.

Em relação ao cronograma físico-financeiro se prevê pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

## 8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação foi juntada a Curva ABC relativa aos serviços.

## 9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência não desonerados, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação abaixo.

SIMULAÇÃO DOS PREÇOS GLOBAIS (DESONERADO X NÃO DESONERADO)			
	NÃO DESONERADO - LDI 22,88%		DESONERADO - LDI 29,07%
SERVIÇO	VALOR		VALOR
PROJETOS	R\$	19.476,48	R\$ 17.037,04
INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS / MOBILIZAÇÃO	R\$	52.361,13	R\$ 51.704,58
ADMINISTRAÇÃO	R\$	42.861,28	R\$ 37.493,28

SERVIÇOS COMPLEMENTARES	R\$	1.519,41	R\$	1.465,62
PAREDES	R\$	19.873,39	R\$	18.970,62
Pavimentação	R\$	58.212,07	R\$	56.764,12
PINTURAS	R\$	3.229,20	R\$	3.045,60
COBERTURA	R\$	378.259,75	R\$	374.872,79
ESQUADRIAS	R\$	10.360,70	R\$	10.171,50
LIMPEZA	R\$	4.987,40	R\$	4.543,00
DESMOBILIZAÇÃO	R\$	4.621,85	R\$	4.411,92
<b>TOTAL (SEM LDI)</b>	<b>R\$</b>	<b>595.762,66</b>	<b>R\$</b>	<b>580.480,07</b>
<b>VALOR LDI</b>	<b>R\$</b>	<b>136.310,50</b>	<b>R\$</b>	<b>168.745,56</b>
<b>TOTAL GERAL (COM LDI)</b>	<b>R\$</b>	<b>732.073,16</b>	<b>R\$</b>	<b>749.225,63</b>

## 10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI observa os parâmetros do Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão nº 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas para os casos em que não foi adotado o médio:

- Administração central: médio;
- Seguro e garantia: médio;
- Risco: médio;
- Despesa financeira: médio;
- Lucro: médio;

## 11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, não será adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa:

Não se aplica aos serviços previstos nesta contratação.

## 12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro foi juntado aos autos.

Em se tratando de Empreitada por Preço Global, o cronograma físico-financeiro define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

## 13. PROJETO EXECUTIVO

Nos casos em que houve o desenvolvimento de Projeto Executivo pela Administração, este foi juntado aos autos e divulgado com o edital da licitação.

Já nos casos em que não foi elaborado Projeto Executivo, tal atribuição foi expressamente repassada ao Contratado, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada; desse modo, atesta-se que o Projeto Básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos Projetos Executivos pelo Contratado.

## 14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

### **Registro da empresa no conselho profissional**

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA e/ou ao CAU, com base na seguinte justificativa técnica: *natureza, características e complexidade do objeto, e porque as responsabilidades técnicas inerentes são privativas das profissões de arquiteto e engenheiro.*

Ressaltando-se a vedação de exigência de registro de atestado de capacidade técnico-operacional no Crea – conforme o artigo 55 da Resolução nº 1.025/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) e jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 128/2012 - 2ª Câmara e 655/2016, 205/2017 e 2.326/2019, esses últimos do Plenário) – e, por extensão natural, no CAU.

### **Capacidade técnico-operacional**

Na presente licitação serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto.

Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, conforme descrito no item 8.40 do Termo de Referência.

### **Possibilidade de somatório de atestados**

Na presente licitação, será aceito o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa técnica: *evitar o cerceamento da competitividade e estimular a ampla participação de empresas para obtenção de proposta mais vantajosa e econômica para a Administração.*

### **Capacidade técnico-profissional**

Na presente licitação, serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

Serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais, conforme descrito no item 8.37 do Termo de Referência.

### **Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico**

Na presente licitação, não será exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação.

## 15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será facultativa e o licitante poderá substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

No entendimento do TCU, a exigência de vistoria obrigatória representa um ônus desnecessário para as licitantes, configurando restrição à competitividade do certame. Para evitar tal quadro, o Tribunal recomenda que se exija não a visita, mas sim a declaração da licitante de que está ciente das condições de execução dos serviços (Acórdãos nº 2.150/2008, 1.599/2010, 2.266/2011, 2.776/2011 e 110/2012, todos do Plenário).

Aliás, o último posicionamento da Corte de Contas deixou claro que a vistoria é um Direito da licitante e não uma obrigação a ser imposta pela Administração (Acórdão nº 170/2018 - Plenário).

## 16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão admitiu a subcontratação parcial na presente licitação conforme condições estabelecidas no item 4.5, Seção “Subcontratação”, do Termo de Referência, e seguinte justificativa técnica:

Sempre que não exista fato impeditivo, é desejável permitir a subcontratação com o objetivo de aumentar a competitividade do certamente, bem como melhorar a qualidade final do objeto contratado, uma vez que empresas com maior especialização e experiência na execução de determinados serviços poderão assumi-los.

## 17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

O Órgão definiu o percentual de capital ou patrimônio líquido mínimo na presente licitação, sob as condições estabelecidas nos itens 8.31 e 8.31.1, Seção “Qualificação econômico-financeira”, do Termo de Referência, e seguinte justificativa técnica:

A licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deve comprovar que possui capital ou patrimônio líquido mínimo equivalente à determinado percentual do valor total estimado da contratação, limitado ao máximo de 10 % (dez por cento).

A fixação do percentual se insere na esfera de atuação discricionária da Administração até o limite legal de 10 % (dez por cento) (§ 4º; art. 69; Lei nº 14.133/2021).

No entanto, para a definição de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, cabe à Administração considerar o objeto da contratação no contexto do mercado de modo que o limite percentual definido não restrinja desnecessariamente a participação de empresas, notadamente de microempresas ou empresas de pequeno porte, podendo ferir o princípio constitucional de incentivo à tais unidades empresariais.

## 18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será permitida a participação de consórcios.

## 19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será vedada a participação de cooperativas, com base na seguinte fundamentação:

Os serviços a serem executados não são passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem que haja relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração (art. 10; Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 5/2017).

A natureza do serviço e/ou o modo como é usualmente executado no mercado em geral, implica na necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade (Súmula nº 281/2012 do TCU)

Por fim, não é admissível que a gestão operacional dos serviços previstos possa ser executada, de forma compartilhada ou em rodízio, pelos próprios cooperados; assim como não é possível que os serviços incluídos na contratação sejam executados obrigatoriamente somente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação.

## 20. GARANTIA DE EXECUÇÃO

Na presente licitação, será exigida a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa:

Conforme jurisprudência do TCU, a garantia deve ser exigida nas contratações de maior valor, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis (Acórdão nº 3.126/2012 - Plenário).

Nos termos do Capítulo II do Título III da Lei nº 14.133/2021, nas contratações de obras e serviços de engenharia a garantia poderá ser de até 5 % (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10 % (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos (art. 98), podendo ser elevada para até 30 % (trinta por cento) do valor inicial do contrato para obras e serviços de engenharia de grande vulto (art. 99).

## 21. SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º e 11, IV, da Lei nº 14.133/2021, nesta licitação foram tomadas as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

- foram definidos os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação do Contratado, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial;
- foi verificado se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;
- foi verificada a incidência de normas de acessibilidade (Decreto nº 6.949/2009 e Lei nº 13.146/2015);
- foi verificado o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável, sempre que cabível.

## 22. RESPONSÁVEIS

Conforme designação pela Portaria de Planejamento para Contratação.